

# O próximo lance, dos países ricos.

O comunicado dos países devedores latino-americanos, propondo uma ação conjunta para tentarem resolver satisfatoriamente os problemas econômicos do continente, foi lançado num momento extremamente conveniente e terá uma repercussão muito grande na reunião dos sete países mais ricos do Ocidente, a se realizar em Londres entre 7 e 9 de junho.



Esta é a opinião do presidente do grupo Itaú, Olavo Setúbal (foto), que considerou a nota assinada pelos presidentes do Brasil, do México, da Colômbia e da Argentina (com posterior adesão do Equador) como "a notícia mais importante do cenário econômico brasileiro desde que o Brasil tomou a decisão de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, em 1982".

Setúbal considera que a nota seja um item muito importante na reunião dos sete ricos, talvez o mais importante, e por isso ele acha que ainda é cedo para se pensar no tipo de proposta que o Brasil deve levar para a reunião de chanceleres e ministros econômicos da América Latina convocados pelos seus presidentes. É preciso, segundo ele, esperar os resultados da reunião de Londres.

— Na verdade — disse Setúbal — nós estamos dentro de um cronograma de eventos: essa colocação firme e clara dos países em desenvolvimento chega num momento em que também os aliados europeus e japonê-

ses dos Estados Unidos estão criticando a política monetária norte-americana e o déficit do seu orçamento que leva a juros altos. A expectativa em relação às decisões que os sete grandes tomarão também é intensa entre os grandes bancos europeus. Além disso, precisamos lembrar que, logo depois da reunião de Londres, termina o prazo para a renegociação da dívida da Argentina, no dia 30 de junho. Esta será a primeira negociação concreta nesse cronograma de eventos. Portanto, nós estamos caminhando para uma solução desta crise ou então para a constatação de uma discordância, de um desentendimento muito grande entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Tudo depende da reunião de Londres.

Setúbal lembrou também um acontecimento que ele chamou de "lateral" mas que também poderá ter forte influência na reunião dos sete ricos: a crise do Continental Illinois, o oitavo banco dos Estados Unidos, e que só não fechou porque foi socorrido pelo governo. Setúbal acha que a crise do Continental está muito ligada ao problema financeiro internacional.

## Capitalização

Em 1984, o Brasil deve cumprir os compromissos já assumidos com o FMI. Mas, a partir deste segundo semestre, o Brasil já deveria anunciar a sua intenção de pagar uma taxa de juros em nível razoável e, em seguida, capitalizar cerca de 80% dos juros vencidos. Esta é a sugestão do presidente do Banco do Estado de São Paulo, Luís Carlos Bresser Pereira.

Bresser Pereira considerou a nota conjunta de Brasil, Argentina, Colômbia e Méxi-

co como "um acontecimento importantíssimo na história da independência da América Latina". Mas lembrou que, "para que esse movimento não se torne inócuo, é preciso negociar condições mínimas".

## "Grito de gato?"

"Não se trata de um grito de leão dado por um gato", disse o presidente da Fiesp, Luis Eulálio Vidigal, ao comentar a importância do comunicado conjunto contra as altas taxas de juros internacionais. Para ele, o comunicado é "uma grave advertência dos países devedores no sentido de que se não houver redução dos juros, poderão ir à moratória pela inviabilidade de fazer qualquer pagamento".

— Meia palavra basta para bom entendedor. Só espero que os banqueiros sejam bons entendedores — ressaltou o presidente da Fiesp.

— O mais importante agora — ressaltou Vidigal — é que novas adesões devem ocorrer, e que poderão extrapolar até mesmo o continente latino-americano.

Pagando encargos tão pesados, Vidigal não vê possibilidade de a América Latina sobreviver, "mas os bancos norte-americanos também não sobreviverão", caso não cedam.

Luis Eulálio não acredita que o governo declare uma moratória unilateral, mas acha interessantes algumas propostas já levantadas. Por exemplo, a do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, de não pagar absolutamente nada da dívida externa durante cinco anos. Neste intervalo, os juros seriam capitalizados e, a partir do sexto ano, as amortizações recomeçariam. Outra pro-

posta é no sentido de o Brasil pagar apenas os juros reais. Isto quer dizer, juros com desconto da inflação norte-americana.

O Brasil e os demais países devedores deveriam tentar, junto aos governos dos países credores, uma redução dos juros, já que estes decorrem diretamente da política monetária norte-americana, não sendo de forma alguma de responsabilidade dos banqueiros.

Ao fazer a proposta, o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, explicou que, para os bancos, o mais importante é que a diferença entre as taxas de captação e de aplicação lhes possibilite receber o que emprestaram. Uma diferença (*spread*) de 10% entre taxas de captação de 30% e de aplicação de 40% é mais estável do que a mesma diferença entre taxas de 120% e 130%, pois, neste último caso, os bancos nem sempre recebem de volta o que emprestaram.

"Os bancos credores não podem baixar juros, porque neste caso enfrentariam prejuízos elevados", comentou Waddington, destacando que cabe aos países devedores exigir prazos mais compatíveis com as necessidades de pagamento, pois esta é uma hipótese com a qual os bancos credores podem concordar, desde que não afete sua liquidez.

Para o presidente da Anbid, é inútil o Brasil tentar, junto aos bancos credores, a redução das taxas, pois "os juros não são um ato de vontade do mercado financeiro, mas refletem o resultado da política monetária aplicada no país".